

**C**ONSELHO **N**ACIONAL DO **A**MBIENTE E  
DO **D**ESENVOLVIMENTO **S**USTENTÁVEL



**R**ELATÓRIO DE **A**CTIVIDADES

**2009**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**  
**DO CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO**  
**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL /CNADS**  
**EM 2009**

***INTRODUÇÃO***

1. O CNADS, durante o ano de 2009, reuniu sete vezes em sessões plenárias, sendo uma Extraordinária e seis Ordinárias (*vide Anexo II*).
2. No respeitante à sua composição, durante o ano de 2009, foram reconduzidos dois membros (sendo um cooptado e outro designado pela ANADER) e cinco membros terminaram o seu mandato (*vide Anexo V*).
3. Em Fevereiro de 2009 cessou funções, por aposentação, a Secretária Executiva do Conselho, Eng.<sup>a</sup> Isabel Maria Montes Mertens, tendo sido designada para o cargo a Dra. Maria Adília Peça Soares Lopes. Por seu turno, em Agosto de 2009, com o início de funções do Dr. Jorge Neves, foi finalmente assegurada a reconstituição do número de funcionários afectos ao Secretariado Técnico do CNADS, com recurso à figura da mobilidade.
4. Relativamente ao efectivo suporte orçamental, a dotação do Conselho, no seu décimo primeiro ano de exercício, foi de €247.751,00, o que permitiu assegurar as actividades previstas para o ano de 2009. Os gastos enunciados no Anexo I fundamentam as rubricas de custos sociais e de funcionamento do CNADS. O Saldo Disponível apresentado justifica-se pela diminuição dos custos com pessoal, provocada pelas alterações ocorridas no Secretariado Técnico do CNADS. Para esta situação contribuiu, também, o moroso processo de mobilidade interna (seis meses) de um dos técnicos, contribuindo para o valor do Saldo Disponível.
5. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 221/97, de 20 de Agosto, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 136/2004, de 3 de Junho, segundo o qual “*competem ao Conselho, por sua iniciativa ou a solicitação dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente, de entidades públicas ou de organizações de defesa do ambiente, emitir pareceres e recomendações sobre todas as questões*

*relativas ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável*”, o CNADS elaborou quatro Pareceres, duas Reflexões, um Comentário, uma Carta e uma Declaração.

6. Os Pareceres, Reflexões, Comentário, Carta e Declaração elaborados, após aprovação em Plenário (de registrar que todos estes documentos foram aprovados por unanimidade), foram enviados às entidades competentes dos poderes executivo e legislativo, tendo sido providenciada a sua difusão pública, não só junto dos principais parceiros sociais, como do público em geral, através dos meios de comunicação social e dos correios electrónico e postal, estando todos disponíveis no *site* do Conselho, bem como os resumos em língua inglesa.

7. Durante o ano de 2009 o CNADS foi solicitado a participar em diversas Conferências, Encontros, Congressos e Seminários — quer a nível nacional quer internacional — estando presente ou fazendo-se representar pelo seu Presidente, pelos Conselheiros designados para o efeito, pela Secretária Executiva ou pelos Técnicos do Secretariado quando apropriado.

8. O CNADS procedeu à actualização periódica e reformulação funcional do seu *site* ([www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)), em versão portuguesa e inglesa, o qual dispõe de informação sobre historial, constituição, documentos, eventos nacionais e internacionais e respectivos contactos. Registaram-se cerca de **dezoito mil visitas** ao site, tendo sido consultadas cinquenta e sete mil, duzentas e setenta páginas durante o ano de 2009.

### **ACTIVIDADES NACIONAIS**

9. À semelhança dos anos anteriores, as actividades do Conselho traduziram-se em duas grandes vertentes:

10. Na **esfera nacional**, analisando várias temáticas e emitindo Pareceres, Reflexões, Comentários e Cartas às instâncias parlamentares e governamentais, bem como participando ou acompanhando colóquios, conferências, seminários ou reuniões de trabalho de relevância nos domínios para que está mandatado.

11. O CNADS acompanhou os assuntos estratégico-políticos nacionais mais relevantes, no âmbito do seu mandato, tendo participado em diversas iniciativas (Encontros, Congressos, Conferências e Seminários) respeitantes a ambiente e desenvolvimento sustentável, organizadas por várias entidades da Administração Pública, Central e Local e instituições não governamentais, as quais constam do Quadro apresentado no Anexo III.

12. O CNADS fez-se representar através de uma comunicação do Conselheiro Aristides Leitão “Desafios Globais às Comunidades Locais” na *Conferência Nacional sobre Agenda 21 Local e Sustentabilidade – Glocal 2009* e com a moderação do painel “A caminho da sustentabilidade I e II” pela Conselheira Luísa Schmidt e pelo Conselheiro João Rabaça. A convite da Agência Portuguesa do Ambiente, a Secretaria Executiva ministrou ainda, o módulo “Informação e Participação do Cidadão”, do curso do SEPNA, em representação do Conselho.

13. No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente o CNADS, juntamente com a Secretaria-Geral do MAOTDR, realizou uma sessão com os alunos do 5º. Ano da Escola EB23 da Trafaria, no dia 9 de Junho. O Tema foi “O Sobreiro e a Importância da Floresta Tradicional Portuguesa”. A Sessão foi presidida pela Conselheira Maria João Pereira e os alunos elaboram uma carta com os principais pontos abordados.

## ***PARECERES E REFLEXÕES***

1. O Conselho procedeu à análise e apreciação de diversas questões relativas ao desenvolvimento sustentável, contribuindo, assim, para o processo de tomada de decisão, através da emissão de quatro Pareceres, duas Reflexões, um Comentário, uma Carta e uma Declaração, por iniciativa própria ou correspondendo a solicitações formuladas por diversas entidades. Esses documentos foram remetidos, de acordo com a prática habitual, às instâncias competentes da Administração Pública, ao Poder Legislativo e aos parceiros sociais envolvidos, para além da sua divulgação através do *site*, dos meios de comunicação social e dos correios electrónico e postal. Enumeram-se, de forma sumária, seguidamente, os documentos que, com aprovação unânime pelo Conselho, foram elaborados e aprovados no decurso do exercício de 2009:

➤ ***Reflexão do CNADS sobre o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia\* (tirar partido da diversidade territorial); 5 de Fevereiro de 2009***

Na sequência da edição, pela Comissão Europeia, do “***Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia***”, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável entendeu emitir as seguintes reflexões, na sequência da análise do conteúdo da publicação, a qual:

- Sublinha a necessidade de aproveitar a diversidade e a diferença inerente aos territórios como elemento maior da competitividade e da prosperidade.
- Defende que a coesão territorial deverá estar intimamente ligada às temáticas específicas que condicionam os territórios, sem deixar de garantir os quatro pilares fundamentais sobre os quais assentam o seu desenvolvimento sustentado: económico, social, ambiental e institucional.
- Identifica três frentes de acção: **concentração, interligação e cooperação**, para as quais pretende encontrar respostas políticas adequadas.
- Constitui uma oportunidade para que se voltem a convocar algumas das linhas estratégicas de reflexão oportuna e reiteradamente abordadas por este órgão, com especial relevo para a avaliação global das políticas de desenvolvimento, para a valorização das interligações territoriais que a produção de conhecimento impôs, para o reconhecimento da importância do oceano e para a mobilização dos cidadãos destinada,

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

de acordo com os níveis de intervenção, a uma apropriação segura das dinâmicas sociais.

- O CNADS entende que a conclusão do procedimento de consulta pública em curso não pode determinar o fim do debate desta matéria, mas que o mesmo deva prosseguir, noutros *fora*, de forma a assegurar uma percepção comum da problemática em causa e a busca de convergências e de soluções futuras que possam ser assumidas por todos os actores e, desta forma, garantidamente aplicadas.

➤ *Carta do Director do Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais – “Relatório de Definição de âmbito” da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Estratégico dos Transportes (PET) \*; 11 de Fevereiro de 2009*

O Director do Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais solicitou ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) a emissão de parecer sobre a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Estratégico dos Transportes (PET) – Relatório de Definição de Âmbito.

Deste modo, o Conselho entendeu emitir algumas reflexões e comentários de carácter preliminar que considera relevante que o PET expresse:

- Que está em causa “quebrar a associação histórica entre crescimento económico e crescimento da mobilidade motorizada”.
- A afirmação de um princípio de sustentabilidade, com a respectiva clarificação, entre o “ponto de vista ambiental, financeiro e social”.
- A relação apontada entre transportes e ordenamento do território, com respeito pelo PNPOT.
- Que o sistema de transportes, mais do que um conformador do modelo de organização colectiva, é um sistema autónomo que responde a impulsos de procura, os quais podem ser, em si mesmos, profundamente geradores de desequilíbrios e de insustentabilidade.
- A importância de ser clarificada a quebra da “associação histórica entre crescimento económico e crescimento da mobilidade motorizada”.
- A necessidade de uma visão de longo prazo e a construção de cenários que tratem dinamicamente, a situação de partida que deverá ser enfatizada.

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

- A clarificação de que a AAE deve dar o devido lugar à construção de uma atitude de planeamento proactiva.
- O CNADS reitera a posição expressa noutras circunstâncias de, no âmbito do seu mandato, estar disponível para ser formalmente consultado sobre o Relatório Ambiental, dado que a auscultação sobre o Relatório de Definição de Âmbito, desligada das fases subsequentes, poderia redundar num exercício formalista de escasso conteúdo substantivo.

➤ *Parecer do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável sobre o Documento – Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) \*; 27 de Maio de 2009*

Na reunião ordinária do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) de 5 de Fevereiro de 2009, na qual esteve presente o Ministro do Ambiente do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, este informou o CNADS que o Governo estava a preparar uma proposta de “*Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira*” (ENGIZC) que iria ser submetida a consulta pública e remetida ao CNADS, para emissão de parecer.

Posteriormente, em 1 de Março de 2009, o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades enviou formalmente ao CNADS o pedido de parecer respeitante ao documento intitulado “*Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira*” (ENGIZC), o qual viria também a ser disponibilizado para debate público.

O CNADS deliberou proceder à elaboração de um Parecer do documento intitulado “*Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira*” (ENGIZC), do qual, em resumo, se destacam os seguintes aspectos:

- Verifica-se a ausência de uma ligação clara entre as opções estratégicas preconizadas na ENGIZC e os objectivos a que esta se propõe responder.
- Além de não serem estabelecidas prioridades no tocante às medidas a implementar, a ENGIZC não identifica os planos de investimento e respectivas fontes associadas a cada Objectivo/Medida.

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

- A ENGIZC, cuja formulação em termos agregados se compreende, deveria ter algum grau de desagregação espacial, o que se justificaria em virtude do carácter heterogéneo da zona costeira em termos ecológicos e no que respeita à expressão e intensidade das pressões humanas a que está sujeita.
- O texto é omissa no que respeita à ligação concreta entre a ENGIZC e os Planos de Ordenamento de Orla Costeira em vigor, para mais quando o próprio MAOTDR publicou recentemente uma análise pormenorizada relativa à implementação destes últimos (MAOTDR, 2008).
- A proposta de ENGIZC evidencia uma lacuna significativa no que respeita à estratégia de produção e utilização do conhecimento científico de base e de gestão, incluindo a monitorização.
- O CNADS entende que a ENGIZC deve incluir de forma clara nas suas grandes orientações e linhas de actuação para o desenvolvimento sustentável das zonas costeiras, um sistema coordenado de investigação, monitorização e indicadores, através da acção concertada dos Ministérios directamente responsáveis bem como, pelo mandato que lhe está atribuído, a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM).
- A ENGIZC é omissa no que respeita ao modelo de acompanhamento da respectiva implementação, lacuna que deve ser forçosamente ser preenchida.
- Face ao actual modelo de “*governança*”, que se caracteriza pela proliferação e a sobreposição, aos mais diversos níveis, de instituições da Administração Central, Regional e Local é preconizada uma simples coordenação das componentes do actual quadro legal e institucional, mantendo o “*statu quo*” no seu essencial, e não uma efectiva racionalização dos instrumentos legais.
- O CNADS entende que o desempenho passado do modelo em vigor deve ser avaliado e, eventualmente, ser-lhe contraposto um novo modelo, com base numa discussão alargada e participada.
- O CNADS reitera assim a posição que tem vindo a defender e que exprimiu em 2001 e 2003, da necessidade de se proceder aos necessários ajustamentos institucionais, racionalizando atribuições, competências e circuitos operacionais da complexa rede de entidades com intervenção no domínio da zona costeira.

- A ENGIZC, apesar de algumas referências circunstanciais e conjunturais ao contexto Comunitário, não incorpora, ao nível dos seus objectivos e funcionalidades, a necessidade de articulação com Espanha ao nível dos mecanismos de cooperação e gestão conjuntas, como os já existentes, por exemplo, em relação aos rios internacionais.
- A ENGIZC não refere a prossecução de boas práticas e políticas de ordenamento territorial, tal como sugere, por exemplo, a Agência Europeia do Ambiente quando identifica as questões do uso e ordenamento do território entre as principais ameaças às zonas costeiras, a par da poluição da água, eutrofização, e da perda da diversidade biológica.
- A ENGIZC revela um relativo alheamento em relação aos desafios futuros que se colocam às zonas costeiras face às alterações climáticas, aos quais não é feita referência clara.
- A dimensão “risco” praticamente não é contemplada na ENGIZC, bem como a identificação das pressões e a correcta avaliação dos impactes destas e dos riscos.
- A biodiversidade, conservação da natureza e mesmo a integração de instrumentos de gestão a este nível, bem como as áreas marinhas protegidas, mereceriam ser consideradas com maior relevância.

➤ ***Parecer do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável Sobre a Proposta de Código Florestal\**; 27 de Maio de 2009**

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) deliberou, na sua reunião ordinária de 11 de Março de 2009, constituir um Grupo de Trabalho com o objectivo de analisar o projecto legislativo sobre o Código Florestal, resultando dessa análise, sucintamente, as seguintes considerações:

- Um Código Florestal pode revelar-se uma peça importante para o desenvolvimento sustentável das florestas, para o ordenamento do território e um elemento de estabilidade na escala de tempo da floresta.

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

- A elaboração de uma peça legislativa desta importância exige uma ampla participação dos interessados e da sociedade e uma imprescindível e exaustiva avaliação de impacto que a sua aprovação e entrada em vigor provocarão.
- Trata-se de um procedimento que requer ampla divulgação, transparência, períodos de discussão e consulta adequados, de forma a assegurar propostas consensuais que facilitem a sua implementação.
- A análise da proposta de Código Florestal foi dificultada pela dependência face à necessidade de regulamentação posterior bem como dos elementos de diagnóstico, subjacentes às opções tomadas, tendo em consideração em especial o volume da legislação que este Código se propõe revogar.
- Face à deficiente coerência constatada na proposta é parecer do CNADS que esta deve ser objecto de um período de maturação. A potencial entrada em vigor deste Código Florestal dá ênfase à necessidade de aperfeiçoamento do conjunto legislativo regulamentador especializado, que responda aos problemas do sector e das interfaces com o meio e com a protecção do ambiente.

➤ ***Parecer do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável sobre o Relatório Nacional de Avaliação Intercalar da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade\**; 7 de Julho de 2009**

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) recebeu do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), a 29 de Maio de 2009, uma Proposta de Relatório Nacional de Avaliação Intercalar da Execução da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), solicitando contributos no âmbito do processo de auscultação pública então iniciado.

Para a análise do Relatório, o CNADS criou um Grupo de Trabalho *ad hoc*, o qual elaborou uma Proposta de Parecer que foi submetida à discussão e aprovada na Reunião Ordinária do CNADS de 7 de Julho de 2009, da qual se destaca o seguinte:

- A informação incluída no Relatório, não permite aferir da bondade das opções

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

estratégicas e da execução das medidas e acções previstas na ENCNB.

- O Relatório ressalta a carência de articulação entre as entidades envolvidas na execução da Estratégia e os interessados, que afecta ou põe em causa a sua execução, situação que requer medidas correctivas a definir em 2010.
- O CNADS recomenda que os factores limitativos detectados na execução da ENCNB, em especial os de natureza institucional, sejam objecto de reflexão pelas entidades competentes e pelos interessados, com o objectivo de melhorar a situação para que a ENCNB revista venha a ser implementada de forma eficaz e integrada.
- O CNADS reitera a necessidade de um efectivo compromisso e responsabilidade ao nível do envolvimento e coordenação interministerial gerando um processo efectivamente mobilizador, responsável e participado entre as instituições responsáveis e a sociedade civil.
- Como o Relatório reconhece, ficou-se aquém do cumprimento dos objectivos da ENCNB, o que requer especial atenção na preparação da revisão da Estratégia em 2010, face aos desafios estruturantes que se colocam em matéria de conservação da natureza e biodiversidade no contexto de um desenvolvimento sustentável.
- O CNADS sublinha que a importância da ENCNB exige o cumprimento das obrigações fundamentais nela inscritas, por parte das entidades responsáveis pela sua implementação, em particular, o cumprimento de calendários, definição e aplicação de indicadores.
- O CNADS recomenda que o processo de avaliação constitua o início de uma profunda reflexão e debate nacionais sobre a visão, desafios e objectivos após 2010, numa perspectiva evolutiva, integrada nos contextos comunitário e internacional.
- O CNADS recomenda que seja concedida especial atenção à avaliação e identificação das medidas institucionais para uma implementação adequada da ENCNB, mediante a acção coordenada dos ministérios, outras entidades envolvidas, incluindo as da sociedade civil.

➤ *Reflexão do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável sobre a Avaliação Ambiental de Programas e Planos\**; 07 de Julho de 2009

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) deliberou, na sua reunião ordinária de 21 de Fevereiro de 2008, constituir um Grupo de Trabalho para proceder à elaboração de uma reflexão sobre Avaliação Ambiental de Programas e Planos, habitualmente designada Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Deste modo, o CNADS elaborou esta Reflexão, aprovada por unanimidade na reunião ordinária de 07 de Julho de 2009, enfatizando, em especial, o seguinte:

- Os programas, planos e políticas de desenvolvimento são tipicamente **instrumentos de gestão que envolvem escalas de médio e longo prazo**, da ordem das dezenas de anos e investimentos relativamente elevados.
- A experiência internacional aconselha a que se privilegiem **abordagens “proactivas” sobre opções estratégicas**, assentes no diálogo e na reflexão alargada, transparente e participada.
- É relevante que se valorize a noção de que **o estado do ambiente e da sociedade** de que se parte é, ele próprio, **dinâmico**, está em permanente **evolução**, devendo antes trabalhar-se com **cenários**, quer dizer, com **perspectivas e alternativas plausíveis**. É necessário que se sublinhe que a **escala de tempo** associada a riscos ambientais globais, tanto sistémicos como cumulativos, é da ordem de dezenas e, em certos casos, de períodos ainda mais alargados.
- É necessário ter em conta os factores de descontinuidade inerentes a cenários futuros que incorporam elementos de pressão transversais, globais e não lineares, como é o caso das alterações climáticas. Essa descontinuidade acentua ainda mais a importância da AAE ser entendida como uma exigência de prudência política face à **responsabilidade das decisões tomadas hoje perante os direitos das gerações futuras**.
- O procedimento exigente, complexo e contínuo a que deve obedecer a Avaliação Ambiental tem dado lugar, em certos casos, ao recurso a uma simplificação dos processos e métodos de avaliação e, por vezes, a omissões relevantes.

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

- Gera-se, assim, o **risco de substituir uma cultura de planeamento por soluções rápidas para superação de exigências predominantemente administrativas, com o risco de pôr em causa os objectivos de desenvolvimento sustentável que devem presidir ao procedimento perdendo-se, assim, o ensejo para encarar a AAE** como uma oportunidade de confrontar estratégias, reconhecer alternativas e valorizar a capacidade de organização social no longo prazo, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.
- Estamos perante objectivos muito exigentes que colocam um **duplo desafio**: em **primeiro** lugar, é imperioso que se precise de modo claro em que consiste a **estratégia da qual o plano ou programa é instrumento**; em **segundo** lugar é necessário que tal exercício assegure uma relação com o **conteúdo do próprio plano ou programa**.
- Quando se tratar de consultas sobre a **definição de âmbito**, é particularmente relevante que sejam **clarificadas as relações entre os referenciais gerais e as especificidades da matéria em avaliação**.
- Numa **época de incertezas redobradas** como a que atravessamos, é particularmente justificado que as questões de **longo prazo** e que representem a tomada de opções duradouras sejam devidamente avaliadas, discutidas, ponderadas e dar-se uma atenção muito concreta aos **prazos concedidos às entidades consultadas**.
- É essencial a formação **dos quadros técnicos**, na elaboração de guias de procedimentos que garantam rigor e independência na apreciação e na consolidação de **práticas de monitorização**
- O CNADS releva como positivo o facto de o n.º 4 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 estabelecer que a Agência Portuguesa do Ambiente, adopte como prática a de proceder à adequada divulgação do referido Relatório, o que permitirá o desejável escrutínio público dos Relatórios Ambientais produzidos no âmbito da AAE de Planos e Programas.
- O CNADS considera ainda desejável a criação de um mecanismo de acompanhamento que permita a regular a **integração dos resultados da participação pública** na Declaração Ambiental e no Plano ou Programa, quando aprovado.

➤ *Comentários do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável sobre a Versão Provisória do 1º Relatório Bienal de Execução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015\**; 07 de Julho de 2009

Em 8 de Julho foi enviada ao CNADS, para parecer, pelo Director-Geral da Agência Portuguesa de Ambiente (APA), a versão provisória do 1º Relatório Bienal de Execução, elaborada pelo Grupo de Trabalho Operacional da ENDS 2015, criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007, de 28 de Dezembro de 2006.

Sobre esta versão do 1º Relatório Bienal de Execução “*de âmbito geral, não temático*”, apresentado após a elaboração, em 2008, de dois Relatórios Intercalares “*que tiveram como temas chave as políticas relacionadas com o combate às alterações climáticas e com a coesão*”, o CNADS, em resultado da análise efectuada ao documento, entendeu emitir os seguintes comentários:

- No caso em apreço – 1º Relatório Bienal da ENDS 2015 – o período 2007-08 não pré-figura um ciclo público de contornos claros e traduz-se, inclusivamente, numa fase de transição em função da crise económico-financeira instalada a nível nacional e mundial, quando é comumente reconhecido o papel decisivo que a avaliação assume no quadro da programação cíclica das políticas públicas.
- A avaliação da ENDS, enquanto “*estratégia das estratégias*”, requer um carácter manifestamente qualitativo e conforme a um processo de análise aprofundada das interacções com todo o elenco instrumental em fase de execução.
- A opção adoptada pelo Relatório Bienal, não se afigura, pois, como a mais conveniente, de “*avaliar os efeitos da implementação da Estratégia ao nível do território nacional continental, percorrendo os sete objectivos preconizados (...) com base nos contributos dos diferentes responsáveis sectoriais das principais medidas e resultados correspondentes*”.
- Verifica-se a inexistência de uma visão nacional integrada e integradora das conexões multidisciplinares e intersectoriais dos diversos instrumentos em que a ENDS 2015 assenta.

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

- Enquanto referencial para as diversas políticas sectoriais e conjunturais, seria expectável que a sua avaliação não caísse na listagem, muitas vezes reiterada, de acções sectoriais, antes procurasse aprofundar o que, logo no início, se indiciava com a “ Síntese de Indicadores”, não obstante a sua escassez.
- Nesta perspectiva, seria aconselhável aferir a evolução da interacção das políticas por exemplo face, às três *metas globais transversais* (cfr. pág. 5415 do D.R.nº159 de 2007), o que, para além de constituir um exercício mais eficaz, contribuiria para um melhor esclarecimento público.
- Não se afigura que relatórios desta natureza constituam, do ponto de vista da informação, a melhor opção, uma vez que, pela abordagem seguida, tendem a ser pouco apelativos para o público em geral.
- O CNADS recomenda que, futuramente, seja feito um esforço para uma mais eficaz divulgação, contribuindo para um melhor envolvimento e participação, a par de um calendário procedimental mais consentâneo.
- Do ponto de vista metodológico, é ainda de sublinhar que a avaliação da eficácia das acções dos diversos programas e estratégias por referência aos objectivos da ENDS requereria que a análise incidisse sobre dois níveis decisivos para este efeito (**o do escrutínio detalhado da efectiva execução dos programas e acções e do seu conteúdo material** e o da **relação global entre aquele conteúdo material e a ENDS**), e não apenas no apuramento de indicadores macro de acompanhamento e na elencação dos programas e respectivos montantes globais.
- O CNADS considera que critério de comparação deveria, em nome do rigor, ser previamente fixado e não escolhido indicador a indicador.
- Em conclusão o CNADS considera que teria sido oportuno aproveitar esta oportunidade para apresentar aos cidadãos um ponto de situação objectivo e global da sustentabilidade das políticas públicas que, simultaneamente, correspondesse ao desígnio da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável oferecendo um útil contributo para o processo de acerto de rota com vista à 2ª fase de implementação.

➤ ***Parecer do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável sobre a Proposta de Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas\**; 07 de Setembro de 2009**

O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) recebeu do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, para parecer, a Proposta de Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, submetido simultaneamente a consulta pública até ao dia 4 de Setembro.

Neste Parecer, o Conselho salientou, em resumo, os seguintes aspectos:

- A adaptação às alterações climáticas é um processo eminentemente localizado dado que os impactos directos das alterações climáticas incidem localmente e as medidas de adaptação devem ser planeadas e realizadas de acordo com as circunstâncias específicas locais.
- A implementação de uma estratégia nacional de adaptação deverá pois beneficiar, desde o seu início, da participação activa das Regiões Plano (CCDR) e das Autarquias.
- O CNADS considera que as componentes regional e autárquica da ENAAC deveriam pois ser reforçadas e ter em conta as especificidades relativas a esses níveis de governação.
- As estratégias de adaptação devem basear-se em dados e conhecimentos actualizados sobre a natureza e a gravidade dos impactos potenciais das alterações climáticas nas diferentes regiões e escalas de tempo e na avaliação do custo e da eficácia das medidas de adaptação.
- Para obter esta informação de base é essencial desenvolver a interface política – ciência e tecnologia, designadamente a capacidade de realizar actividades científicas dirigidas ao apoio às políticas públicas de adaptação. Embora reconhecendo este princípio a ENAAC não apresenta os meios, mecanismos e processos que assegurarão o desenvolvimento das referidas interfaces com os imprescindíveis padrões de qualidade científica.
- A ENAAC é, também, omissa no que respeita ao papel da inovação tecnológica no desenvolvimento de uma estratégia de adaptação. Deverão pois ser considerados mecanismos inovadores de colaboração inter-sectorial e inter-institucional aos vários níveis da governação.

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

- Há essencialmente duas vertentes na resposta ao desafio das alterações climáticas – a adaptação e a mitigação – que se complementam e que interactuam. O sucesso de uma ENAAC depende, em grande parte, da sua coordenação e compatibilização com as políticas e medidas de mitigação.
- Ao nível local há grandes vantagens em apresentar aos agentes sociais uma visão integrada do combate às alterações climáticas, incluindo tanto a mitigação como a adaptação. Este aspecto de integração da mitigação e da adaptação está omissa no ENAAC.
- Uma estratégia de adaptação às alterações climáticas implica um processo evolutivo para atingir objectivos determinados, estabelecendo opções, alternativas e prioridades, sujeitando-o a uma avaliação regular e permanente assumindo a sua natureza cíclica, e envolvendo os agentes sociais. Estes aspectos deveriam ser objecto de mais aprofundado desenvolvimento na ENAAC.
- O CNADS considera que a cooperação internacional proposta na ENAAC é bastante limitada pelo que o deveriam ser considerados mecanismos de cooperação com outros países da EU, em especial com a Espanha, bem como desenvolver a cooperação com o IPCC.
- Finalmente, no que respeita à calendarização, o cronograma geral apresentado na proposta prevê que os Relatórios dos Grupos Sectoriais sejam elaborados no 21º mês a contar da aprovação formal da ENAAC. Considera o CNADS que a urgência na concretização da Estratégia, reconhecida aliás no texto da proposta em análise, justificaria o encurtamento deste período, reduzindo-o pelo menos a metade.

➤ ***Declaração do CNADS “COPENHAGA: UMA OPORTUNIDADE A NÃO PERDER”\*, 15 de Dezembro***

Reunido em 15 de Dezembro de 2009, o CNADS sublinha a importância decisiva da COP15, a decorrer em Copenhaga.

O CNADS congratula-se com o exemplo que a União Europeia tem demonstrado nesta Conferência, exortando-a a dar um sinal de forte encorajamento aos países desenvolvidos, nomeadamente aos Estados Unidos da América, lutando por um acordo que permita efectivar o seu compromisso de reduzir as emissões de GEE até 30%.

---

\* Texto Integral no site [www.cnads.pt](http://www.cnads.pt)

O Conselho considera ainda que os objectivos de mitigação num acordo vinculativo devem ser acompanhados por uma cláusula de flexibilidade, que permita o seu ajustamento para objectivos mais ambiciosos, em função da combinação dos novos dados da ciência e da própria evolução tecnológica que os próximos anos venham a registar.

Finalmente, o CNADS adverte que esta é uma oportunidade que não pode ser perdida. Os responsáveis políticos deverão dar, em Copenhaga, um sinal positivo que permita a mobilização dos mercados, dos investimentos, das empresas, da sociedade civil e dos cidadãos, em direcção a um novo modelo de civilização que salvguarde e robusteça as bases económicas, sociais, ambientais e institucionais de uma sociedade humana capaz de habitar com prudência, e de modo sustentável e pacífico, a nossa casa comum planetária.

## ACTIVIDADES INTERNACIONAIS

14. A **Rede dos European Environment and Sustainable Development Advisory Councils (EEAC)**, cuja actividade se iniciou em 1993 e da qual o CNADS é membro, é um poderoso instrumento de partilha de informação e experiências e único na colaboração entre os Conselhos Nacionais, criados pelos Governos Europeus, na sua actuação independente de emissão de pareceres sobre políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável. Exerce, quando para tal é solicitada, a sua influente actividade no apoio técnico-científico à definição das políticas da União Europeia.

15. O CNADS manteve o acompanhamento e envolvimento em actividades integradas no âmbito do *Steering Committee* e dos *Working Group* da EEAC, com o envolvimento e colaboração activa no acompanhamento da actividade da Rede dos EEAC, nomeadamente através da preparação e participação em *workshops* temáticos da EEAC e dos *Working Groups* dos quais o CNADS faz parte (Governança, Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade, Meio Marinho, Energia e Agricultura). (Vide Anexo IV).

16. Desenvolveu, ainda, uma efectiva ligação entre os GT-Nacionais e os EEAC *Working Groups*, para além do apoio dado ao exercício de reformulação dos estatutos da Rede, com o Grupo *Review*, no qual o Conselho cooperou activamente. A

participação nas reuniões do Grupo *Review* e o acompanhamento das suas actividades foi assegurado pelos Conselheiros António Abreu, Aristides Leitão e Filipe Duarte Santos. O envolvimento do CNADS neste Grupo foi determinante já que contribuiu activamente para a reformulação do método de trabalho da Rede, garantindo, em especial, a reorganização do seu Secretariado Técnico e da gestão financeira. Com a aprovação do Relatório deste Grupo na APS o CNADS viu sancionadas as suas posições sobre o funcionamento da Rede e a articulação entre os seus órgãos e membros.

17. O CNADS participou na 17ª Conferência Anual dos EEAC, realizada em Dubrovnik de 22 a 24 de Outubro de 2009, com as presenças do Presidente, dos Conselheiros António Abreu, Filipe Duarte Santos, José Lima Santos, da Conselheira Luísa Schmidt e da Secretária Executiva, na qual foi aprovado o *Statement “Towards Sustainable European Infrastructures”*.

18. Na sessão da APS – *Annual Plenary Session* –foi apresentado o relatório de auditoria e aprovadas as recomendações do grupo *Review* e o *Forward Looking Paper*. Nesta Sessão foi ainda eleito o Conselheiro António Abreu para integrar o *Steering Committee* e o *Board da EEAC*.

19. Ainda na esfera internacional o Prof. Mário Ruivo foi convidado a participar na Conferência/Consulta Informal *“Knowledge, Democracy and the Challenges of Sustainability, Climate Protection and Earth Studies: An IASS 360° Retreat”* realizada em Berlim, nos dias 3 e 4 de Dezembro, com o objectivo de abordar questões ligadas à temática das Alterações Climáticas e Sustentabilidade. O Conselheiro José Guerreiro participou na Conferência Internacional *“Sea change: securing a future for Europe’s seas”*, realizada em Londres, no dia 7 de Dezembro.

CNADS, 18 de Março de 2010

# **ANEXOS**



**Anexo I**  
**Balço de Execução Orçamental Relativo ao Ano de 2009**

<b>Cód Pro g</b>	<b>Cód Med</b>	<b>Classificação Económica</b>	<b>Dot.Corrigida - Congelamentos (1)</b>	<b>Duodécimos Vencidos (2)</b>	<b>Cabimentos - Reposições (3)</b>	<b>Compromissos - Reposições (4)</b>	<b>Pagamentos - Reposições (5)</b>	<b>Saldo Disponível (6) = (1-4)</b>
019	010	01 01 07 A0 00	22.437,00	22.437,00	22.436,62	22.436,62	19.850,76	0,38
	010	01 01 08 A0 00	2.311,00	2.311,00	2.310,57	2.310,57	2.310,57	0,43
	010	01 01 09 A0 00	101.453,00	101.453,00	79.294,26	79.294,26	79.294,26	22.158,74
	010	01 01 13 A0 00	2.849,00	2.849,00	2.301,85	2.301,85	2.301,85	547,15
	010	01 01 14 A0 00	17.419,00	17.419,00	16.937,90	16.937,90	16.937,90	481,10
	010	01 02 02 00 00	2.318,00	2.318,00	1.017,36	1.017,36	1.017,36	1.300,64
	010	01 02 04 00 00	10.000,00	10.000,00	9.888,69	9.888,69	9.888,69	111,31
	010	01 02 12 00 00	4.494,00	4.494,00	4.493,85	4.493,85	4.493,85	0,15
	010	01 02 13 00 00	13.232,00	13.232,00	12.464,40	12.464,40	12.464,40	767,60
	010	01 03 03 00 00	147,00	147,00	146,77	146,77	146,77	0,23
	010	01 03 05 A0 A0	5.529,00	5.529,00	4.864,99	4.864,99	4.864,99	664,01
	010	02 01 04 00 00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500
	010	02 01 05 00 00	600,00	600,00	301,35	301,35	301,35	298,65
	010	02 01 08 00 00	3.100,00	3.100,00	2.991,56	1.702,16	1.702,16	1.397,84
	010	02 01 18 00 00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	010	02 01 21 00 00	1.182,00	1.182,00	656,04	656,04	656,04	525,96
	010	02 02 03 C0 00	5.100,00	5.100,00	5.100,00	2.100,00	2.100,00	3.000,00
	010	02 02 09 B0 00	86,00	86,00	85,26	85,26	85,26	0,74
	010	02 02 09 C0 00	5.000,00	5.000,00	4.600,00	4.600,00	3.324,00	400,00
	010	02 02 09 D0 00	1.500,00	1.500,00	1.380,00	1.380,00	675,32	120,00
	010	02 02 09 F0 00	230,00	230,00	90,84	90,84	90,84	139,16
	010	02 02 10 00 00	500,00	500,00	279,05	279,05	279,05	220,95
	010	02 02 11 00 00	2.000,00	2.000,00	1.315,60	1.315,60	1.315,60	684,40
	010	02 02 13 A0 01	17.448,00	17.448,00	14.848,01	14.848,01	14.848,01	2.599,99
	010	02 02 13A0 09	666,00	666,00	665,26	665,26	665,26	0,74
	010	02 02 13 00 00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	010	02 02 14 00 00	3.289,00	3.289,00	1.140,00	1.140,00	1.140,00	2.149,00
	010	02 02 15 00 00	380,00	380,00	380,00	380,00	380,00	0,00
	010	02 02 17 00 00	411,00	411,00	410,76	410,76	410,76	0,24
	010	02 02 19 00 00	4.500,00	4.500,00	3.464,81	3.464,81	2.029,59	1.035,19
	010	02 02 20 00 00	6.289,00	6.289,00	6.027,05	5.824,30	5.824,30	464,70
	010	02 02 25 00 00	2.542,00	2.542,00	0,00	0,00	0,00	2.542,00
	010	04 09 02 00 00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	0,00
	010	06 02 03 R0 00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	010	07 01 07 A0 B0	100,00	100,00	65,89	65,89	65,89	34,11
	010	07 01 08 A0 B0	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	010	07 01 09 A0 B0	2.139,00	2.139,00	0,00	0,00	0,00	2.139,00
		<b>Total por medida</b>	<b>247.751,00</b>	<b>247.751,00</b>	<b>206.458,74</b>	<b>201.966,59</b>	<b>195.964,83</b>	<b>45.784,41</b>
		Total por código de Programa:	247.751,00	247.751,00	206.458,74	201.966,59	195.964,83	45.784,41
		<b>Total por Classificação Funcional:</b>	<b>247.751,00</b>	<b>247.751,00</b>	<b>206.458,74</b>	<b>201.966,59</b>	<b>195.964,83</b>	<b>45.784,41</b>

Total por Código de Financiamento:	247.751,00	247.751,00	206.458,74	201.966,59	195.964,83	45.784,41
Total por Classificação Orgânica:	247.751,00	247.751,00	206.458,74	201.966,59	195.964,83	45.784,41
Total Geral:	247.751,00	247.751,00	206.458,74	201.966,59	195.964,83	45.784,41

## Anexo II

### Quadro das Reuniões Plenárias do CNADS em 2009

Reunião	Data	Assuntos mais Relevantes
1ª Ordinária	5 de Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Intervenção de S. Excelência o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Prof. Francisco Nunes Correia</li><li>➤ Plano de Actividades para 2009/2010: Apreciação e aprovação da Proposta</li><li>➤ Constituição do Grupo de Trabalho sobre Gestão da Zona Costeira</li><li>➤ Reflexão sobre o Livro Verde sobre Coesão Territorial Europeia: Aprovação</li></ul>
2ª Ordinária	11 de Março	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Ponto da situação dos Grupos de Trabalho: Política de Solos e Zona Costeira</li><li>➤ Reactivação do Grupo de Trabalho Estratégia Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</li></ul>
3ª Ordinária	22 de Abril	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Avaliação Ambiental Estratégica: Apreciação e aprovação da Proposta</li><li>➤ Ponto de situação da actividade dos Grupos de Trabalho ENDS, Zona Costeira, Política de Solos, Regime Florestal, Agenda 21 Local - GLOCAL 2009 e Resíduos</li></ul>
4ª Ordinária	27 de Maio	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Apreciação e ratificação de:<ul style="list-style-type: none"><li>• Reflexão sobre o Livro Verde sobre Coesão Territorial Europeia</li><li>• Parecer sobre a Proposta de Código Florestal</li><li>• Parecer sobre o documento Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira</li></ul></li></ul>
5ª Ordinária	7 de Julho	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Ponto de situação da actividade dos Grupos de Trabalho <i>Review Working Group</i>, Resíduos, ENDS e PI-ENDS e GLOCAL 2009</li><li>➤ Apreciação e ratificação de:<ul style="list-style-type: none"><li>• Comentários sobre a Versão Provisória do 1º. Relatório Bienal da ENDS 2015;</li><li>• Parecer sobre o Relatório Nacional de Avaliação Intercalar da Execução da ENCNB;</li><li>• Reflexão sobre a Avaliação Ambiental de Programas e Planos;</li><li>• Parecer sobre a Proposta de Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas</li></ul></li></ul>

<b>6ª Ordinária</b>	<b>18 de Novembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ EEAC - Sessão Plenária Anual (APS; Outubro, Dubrovnik, Croácia): Working Groups (Agriculture, Sustainable Development, Energy, Biodiversity e Marine); Conclusões; Recomendações do <i>Review Group</i>; Estrutura e Modo de Funcionamento da Rede e do Secretariado; Eleições e Plano de Actividades para 2009/2010</li> <li>➤ GT Resíduos – Mandato e Plano de Trabalho</li> <li>➤ Plano de Actividades do CNADS 2010/2011 – Temas e Prioridades.</li> </ul>
<b>1ª Extraordinária</b>	<b>15 de Dezembro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Apreciação e aprovação da Proposta de Plano de Actividades do CNADS</li> <li>➤ Apreciação e aprovação da Declaração Copenhaga uma oportunidade a não perder</li> </ul>

## Anexo III

### Quadro das Principais Participações do CNADS em Conferências, Colóquios, Seminários ou Encontros a Nível Nacional, em 2009

<b>Congresso, Conferência, Encontro, Seminário</b>	<b>Data, Organização e Local</b>	<b>Participantes</b>
Conferencia “Instituições Financeiras Internacionais e Desenvolvimento Sustentável”	3 de Março FCG, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Cerimónia de assinatura do protocolo de colaboração entre o MAOTDR, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ),	19 de Março MAOTDR, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Conferência internacional «The Media and the Environment between complexity and urgency»	2 e 3 de Abril FCG, Lisboa	Presidente Mário Ruivo, Conselheira Luísa Schmidt, Conselheiros Viriato Soromenho-Marques e Aristides Leitão, Secretária Executiva Maria Adília Lopes e Secretariado Técnico Liliana Leitão
10th International Coastal Symposium	13 a 18 Abril ICS, Lisboa	Presidente Mário Ruivo
Sessão de lançamento do livro "Cidadãos pelo Ambiente"	21 de Abril FCG, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Sessão de abertura e jantar oficial do 3º Encontro Lusófono Ambiente e Território	27 de Abril DPP, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Forum Dias do Desenvolvimento	29 de Abril Centro de Congressos de Lisboa	Presidente Mário Ruivo, Conselheiro Viriato Soromenho-Marques e Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Fórum das Alterações Climáticas	20 de Maio MAOTDR, CECAC, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Lançamento da revista «Europa: Novas Fronteiras», n.º 23, que tem por título «Ligando mundos»	21 de Maio Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Seminário Directiva Quadro Estratégia Marinha	22 de Maio EMAM, Lisboa	Secretariado Técnico Liliana Leitão
Roteiro Local para as Alterações Climáticas	28 e 29 Maio CM Almada, Almada	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Seminário Internacional Floresta Sustentabilidade e Prosperidade	2 de Junho	Conselheira Isabel Graça e Secretária Executiva Maria

	Grupo Portucel Soporcel, Lisboa	Adília Lopes
Colóquio “Alta Velocidade em Portugal”	15 de Junho Assembleia da República, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Conferência Anual BCSD Portugal   Alterações Climáticas – Hoje e Amanhã	17 de Junho BCSD, Lisboa	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, Conselheira Susana Fonseca e Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Sessão pública Questões Significativas da Gestão da Água – apresentação de resultados nacionais	30 Junho INAG, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
I Conferências do IGOT-UL sobre "A Geografia no Ordenamento do Território"	1 Julho IGOT-UL, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Visita anual da Comissão à Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa	14 Julho CNEL, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Sessão de apresentação do Relatório de Sustentabilidade do Instituto de Turismo de Portugal e inauguração do seu novo Centro de Documentação	23 de Julho Turismo de Portugal, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Debate com os Partidos Políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento	15 de Setembro Sociedade da Informação e do Conhecimento, Campus de Campolide Lisboa	Secretariado Técnico Jorge Neves
Cerimónia de Entrega Prémios Green Project Awards 2009.	15 de Setembro Grande Auditório da Culturgest Edifício sede CGD	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Apresentação Pública do Relatório Acessibilidade Web: Ponto de Situação das Maiores Empresas Portuguesas	17 de Setembro Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa	Secretariado Técnico Jorge Neves
Green Fest- Estamos a Deixar Para as Gerações Futuras Tantas Opções Como Aqueles Que Temos Hoje?	18 de Setembro Centro de Congressos do Estoril em Cascais	Conselheiro Faria e Santos Secretariado Técnico Jorge Neves e Liliana Leitão
1º Congresso Lusófono sobre Ambiente e Energia	21 de Setembro Centro de Congressos do Estoril em Cascais	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Conferência Nacional sobre Agenda 21 Local e Sustentabilidade – Glocal 2009	23 e 24 Setembro Centro de Congressos do	Presidente Mario Ruivo, Conselheiros Aristides Leitão, João Rabaça,

	Estoril em Cascais	Conselheira Luísa Schmidt, Secretariado Técnico Jorge Neves e Liliana Leitão
Conferência Brisa sobre alterações climáticas, Lomborg vs Filipe Duarte Santos “O Mundo Está Cheio de Problemas. É o Aquecimento Global o Maior de Todos? Ou Apenas o Que Gasta Mais Dinheiro?”	23 de Setembro Centro de Congressos do Estoril em Cascais	Conselheiros Filipe Duarte Santos, Faria e Santos e Veiga da Cunha
Curso do SEPNA “Informação e Participação do Cidadão”	5 de Novembro SEPNA/CNADS, Queluz	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
DIA NACIONAL DO MAR – 16 de Novembro de 2009	16 de Novembro Sociedade de Geografia de Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes
Conferência “Looking Forward: Climate Changes and Extreme Hydrological Events	13 de Outubro FLAD, Lisboa	Secretariado Técnico Jorge Neves
Conferência Gulbenkian “O Ambiente na Encruzilhada - Por um Desenvolvimento Sustentável	27 e 28 de Outubro FCB, Lisboa	Presidente Mario Ruivo, Conselheiros Viriato Soromenho-Marques, José Lima Santos, Aristides Leitão, Eugénio Sequeira e Conselheira Luísa Schmidt, Secretária Executiva Maria Adília Lopes, Secretariado Técnico Jorge Neves e Liliana Leitão
Seminário CENSE	30 de Outubro FCT/UNL, Costa da Caparica	Conselheiras Paula Antunes e Luísa Schmidt; Secretariado Técnico Jorge Neves
Sessão pública do Documentário “The end of the Line”	16 de Novembro FCG, Lisboa	Conselheiros Eugénio Sequeira, Viriato Soromenho-Marques; Secretariado Técnico Jorge Neves
Conferência “Consumo e Comportamento Responsável	10 de Dezembro Museu da Electricidade, Lisboa	Secretariado Técnico Jorge Neves
“Consumo Sustentável e Alterações Climáticas”	26 de Novembro LNEG, Lisboa	Secretariado Técnico Liliana Leitão
Conferência “Copenhaga: Desafios e Perspectivas de Acordo	2 de Dezembro FCG, Lisboa	Secretária Executiva Maria Adília Lopes

## ANEXO IV

### Quadro das Principais Participações do CNADS em Conferências, Colóquios, Seminários ou Encontros à Nível Internacional, em 2009

<b>Congresso, Conferência, Encontro, Seminário</b>	<b>Data, Local, Organização</b>	<b>Participantes</b>
<b>Sessão Plenária e Reuniões dos WG dos EEAC</b>	29 e 30 de Janeiro, Bruxelas, EEAC	Conselheiros António Abreu, José Lima Santos, Filipe Duarte Santos e Conselheira Luísa Schmidt
<b>Reunião do WG Review - management and procedures</b>	16 de Março, Bruxelas, EEAC	Conselheiro Aristides Leitão
<b>Reunião WG Energy</b>	28 de Abril, Berlim, EEAC	Conselheiro Filipe Duarte Santos
<b>Reunião do WG Review - management and procedures</b>	4 de Maio, Bruxelas EEAC	Conselheiro Filipe Duarte Santos
<b>Reunião do WG Sustainable Development</b>	7 de Maio , Bruxelas EEAC	Conselheira Luísa Schmidt
<b>Reunião Steering Committee</b>	5 de Maio, Bruxelas EEAC	Conselheiro António Abreu
<b>Seminário WG Agriculture – Land Use</b>	4 a 5 de Junho, Bruxelas EEAC	Conselheiro José Lima Santos
<b>Reuniões do Steering Committee, Review Team e Board dos EEAC</b>	11 de Junho, Copenhaga EEAC	Conselheiro António Abreu
<b>Seminário EEA-EEAC - Research Dissemination</b>	11 e 12 de Junho, Copenhaga EEA/EEAC	Conselheiro José Reis
<b>Conferência “Options and Opportunities for the future EU Sustainable Development Strategy”</b>	17 a 19 de Junho, Praga ESDN	Conselheira Luísa Schmidt
<b>17ª Conferência Anual dos EEAC “Towards Sustainable European Infrastructures”,</b>	21 a 24 Outubro, Dubrovnik EEAC	Presidente Mario Ruivo, Conselheiros Filipe Duarte Santos, José Lima Santos, António Abreu; Conselheira Luísa Schmidt; Secretária Executiva Maria Adília Lopes
<b>15ª Conferência das Partes da CQNUAC</b>	7 a 18 de Dezembro, Copenhaga ONU	Conselheiro Filipe Duarte Santos
<b>Conferência “Knowledge, Democracy and the Challenges of Sustainability, Climate Protection and Earth Studies: An IASS 360°</b>	3 e 4 de Dezembro, Berlim	Presidente Mario Ruivo

<b>Retreat”</b>		
<b>Conferência “Sea Changee: securing a future for Europe's seas”</b>	8 e 9 de Dezembro, Londres EEAC	Conselheiro José Guerreiro

## ANEXO V

### Lista dos Membros do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009

Entidade que procedeu à designação <small>(art.º 3º, DL 221/97 – DL 136/2004)</small>	Designados	Entidade de Origem
b) Governo	Prof. Dr. Filipe Duarte Santos	FC/UL e Observatório Astronómico de Lisboa
Governo	Prof. Arq. Nuno Portas	Faculdade de Arquitectura/UP
Governo	Prof. João Guerreiro	Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Governo	Prof. João M.B. Lavinha	Lab. Genética do Instituto N. Saúde Dr. Ricardo Jorge
Governo	Prof. Eng. João Santos Pereira	Instituto Superior de Agronomia/Dep. Eng. Florestal
Governo	Prof. José Joaquim Dinis Reis	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Governo	Prof. Dr. Viriato Soromenho- Marques	Director Dep. Filosofia da FL/UL
Governo	Prof. Dr. Luís Veiga da Cunha	FCT/UNL
c) Gov. Reg. Açores	Prof. Dr. José Virgílio de Matos Figueira Cruz	Director Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos da Região Autónoma dos Açores
c) Gov. Reg. Madeira	Dr. António Domingos de Sousa Abreu	Director Regional de Ambiente da Região Autónoma Madeira
d) ADA/ONGA	Dr. João Francisco Rabaça	TESE
d) Associações Ambientalistas (ONGA e Equiparadas)	Eng.ª Susana Fonseca <sup>1</sup>	Quercus/CPADA
	Mestre Maria João Ramos Pereira	LPN/CPADA
	Profª Jorge Paiva <sup>2</sup>	CPADA
e) ANMP	Maria Emília de Sousa <sup>3</sup>	Presidente da Câmara Municipal de Almada
e) ANMP	Eng. Joaquim Barreto <sup>4</sup>	Pres. Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto
f) Associações Industriais	Eng. Jaime Braga	CIP
f) Associações Industriais	Eng. José Faria e Santos	AIP/ CAIPA
g) Assoc. Comerciais e de Turismo	Dr. Luís Brás	CCP; ADIPA
	Eng.º Henrique J. M. S. Montelobo	CTP
h) Assoc Agricultores	Eng.ª Isabel Graça	CNA
	Eng.º José Guerreiro dos Santos	CAP
i) Conselho das Ordens/Ass. Sócio- Profissionais	Prof. Dr. José Guerreiro	Ordem dos Biólogos; ICAT- Instituto Ciências Aplicadas e Tecnologia / FCUL
	Prof. José Cardos Resende	CNOP/Ordem dos M. Veterinários
j) Organizações Sindicais	Prof. Dr. José M. Luz Cordeiro	UGT
	Dr. José Manuel E. Marques Janela	CGTP-IN
l) Conselho de Reitores (CRUP)	Prof. João Carlos Marques	Universidade do Coimbra
	Profª Mª Paula B. da Costa Antunes	Universidade Nova /FCT
m) Comunidade Científica		
n) ONG Des. Reg. e	Bach. Paulo Vicêncio M. Bernardo <sup>5</sup>	(ANADER/Globalgarve)

<sup>1</sup> Cessou funções em 2009.09.09

<sup>2</sup> Cessou funções em 2009.11.03

<sup>3</sup> Cessou funções em 2009.07.03

<sup>4</sup> Cessou funções em 2009.03.07

o) Consumidores	Eng.º Fernando Nunes da Silva <sup>6</sup>	(DECO)
p) Cooptados	Dra. Luísa Schmidt	ICS/ISCTE
p) Cooptados	Prof. Dr. Eugénio Menezes Sequeira <sup>7</sup>	LPN
p) Cooptados	Prof. José Manuel Lima Santos	Instituto Superior de Agronomia
p) Cooptados	Dr. Aristides Augusto G. Leitão	ex-Secretário Executivo do CNADS

---

<sup>5</sup> Reconduzido em 2009.02.05

<sup>6</sup> Cessou funções em 2009.12.09

<sup>7</sup> Reconduzido em 2009.12.15